



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR

Programa Analítico de Disciplina

CRP390 Direito Agrário e Legislação de Terras

Campus Rio Paranaíba - Campus Rio Paranaíba

Número de créditos: 3		<u>Teóricas</u>	<u>Práticas</u>	<u>Total</u>
Duração em semanas: 15	Carga horária semanal	3	0	3
Períodos - oferecimento: I e II	Carga horária total	45	0	45

Pré-requisitos (Pré ou co-requisitos)*

Ementa

História do direito agrário no mundo. Formação histórica. Direito agrário moderno. Direito agrário no Brasil. Denominação e autonomia. Estatuto da terra. Princípios fundamentais do direito agrário. Formação territorial no Brasil. Imóveis públicos e terras devolutas. Imóveis particulares. A propriedade do direito agrário. Imóvel rural. Contratos agrários. Desapropriação. Perícia judicial. Ação divisória. Ação demarcatória.

Oferecimento aos Cursos

Curso	Modalidade	Período
Agronomia	Obrigatória	3
Administração	Optativa	-
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Optativa	-
Ciências Contábeis	Optativa	-



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR

CRP390 Direito Agrário e Legislação de Terras

Seq	Aulas Teóricas	Horas/Aula
1	História do direito agrário no mundo. Formação histórica 1.1. Povos primitivos 1.2. Códigos hamurabi 1.3. Direito romano 1.4. Ordenação portuguesa 1.5. Outras informações históricas	1
2	Direito agrário moderno 2.1. Marco - 1922 2.2. Antecedentes	1
3	Direito agrário no Brasil 3.1. Marco - 1964 3.2. Antecedentes 3.2.1. Descobrimento do Brasil 3.2.2. Lei 601 de 1850 3.2.3. Projetos de código 3.2.4. Estatuto de lavoura canavieira 3.2.5. Estatuto do trabalhador rural 3.2.6. Constituição de 1934	1
4	Denominação e autonomia 4.1. Denominação 4.2. Autonomia 4.2.1. Autonomia científica 4.2.2. Autonomia legislativa 4.2.3. Autonomia didática 4.3. Conceitos de direito agrário 4.3.1. Conceitos dos jusagraristas nacionais 4.4. Mentalidade agrarista	4
5	Estatuto da terra 5.1. Generalidades 5.2. Fundamento e definição 5.3. Importância	2
6	Princípios fundamentais do direito agrário 6.1. Objeto	2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR

	6.2. Atividade agrária 6.2.1. Classificação 6.3. Estrutura agrária 6.4. Política 6.5. Política de reforma agrária 6.6. Política de desenvolvimento	
7	Formação territorial no Brasil 7.1. Descobrimento do Brasil 7.2. Legislação portuguesa 7.2.1. Ordenação do reino 7.3. Lei sesmarial 7.3.1. Generalidades 7.4. Fenômeno de posse - 1822 - 1850 7.5. Lei de terras - Lei nº 601 - 18/9/1850 7.5.1. Regulamento - Decreto nº 1318 7.6. Posse agrária	4
8	Imóveis públicos e terras devolutas 8.1. Conceito 8.2. Conceito civilista e classificação 8.3. Conceito etmológico 8.4. Conceito legal 8.4.1. Lei 601 - 18/09/1850 8.4.2. Decreto-Lei nº 9760 15/09/1946 8.5. Res Nullius	2
9	Imóveis particulares 9.1. Significado de expressão 9.2. Caracterização civil 9.3. Registro de imóveis 9.4. Registro Torrens	2
10	A propriedade do direito agrário 10.1. Propriedade como direito absoluto 10.2. Evolução do conceito de propriedade no Brasil 10.3. Etapas na conceituação do direito de propriedade 10.4. 150 anos de História Constitucional 10.5. Direito de propriedade humanizado 10.6. Código Civil Brasileiro e direito de propriedade 10.7. Limitação fundamental ao direito de propriedade 10.8. Função social da terra 10.9. A propriedade no projeto do Código Civil Brasileiro - Lei 6334-B de 1975 10.9.1. Posse 10.9.2. Propriedade 10.10. Visão agrarista da posse e propriedade 10.11. Usucapião agrário	6
11	Imóvel rural	4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR

	11.1. Preliminares 11.2. Critério diferenciador 11.3. Conceito 11.4. Classificação 11.4.1. Propriedade familiar 11.4.2. Módulo rural 11.4.3. Minifúndio 11.4.4. Latifúndio 11.4.5. Empresa rural	
12	Contratos agrários 12.1. Histórico 12.2. Conceito agrarista 12.3. Espécies de contratos agrários 12.4. Arrendamento rural 12.5. Parceria e espécies 12.6. Importância	6
13	Desapropriação 13.1. História 13.2. Da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária	2
14	Perícia judicial 14.1. Perito 14.2. A perícia 14.3. Laudo pericial 14.4. Prazos 14.5. Suspensão e impedimento do perito	2
15	Ação divisória 15.1. Petição inicial 15.2. Contestação 15.3. Fases de trabalhos do agrimensor 15.4. Práticas	3
16	Ação demarcatória 16.1. Petição inicial 16.2. Contestação 16.3. Fases do trabalho do agrimensor 16.4. Práticas	3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE REGISTRO ESCOLAR

CRP390 Direito Agrário e Legislação de Terras

Referências Bibliográficas

Bibliografia Básica:

- 1 - MARQUES, B. F. Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2012. [Exemplares disponíveis: 18]
- 2 - OLIVEIRA, U. M. Princípios de Direito Agrário na Constituição Vigente. Curitiba: Juruá, 2004. [Exemplares disponíveis: 2]
- 3 - REZEK, G. E. K. Imóvel Agrário - Agrariedade, Ruralidade e Rusticidade. Curitiba: Juruá, 2007. [Exemplares disponíveis: 3]

Bibliografia Complementar:

- 4 - BORGES, A. M. Estatuto da Terra Comentado. 2. Ed. Campo Grande: Comtemplar editora, 2014. [Exemplares disponíveis: Não informado.]
- 5 - FERRETTO, V. Contratos Agrários: aspectos polêmicos. São Paulo: Saraiva, 2009. [Exemplares disponíveis: 2]
- 6 - HARADA, K. Desapropriação: doutrina e prática. São Paulo: Atlas, 2012. [Exemplares disponíveis: 3]
- 7 - MATTOS NETO, A. J. O Direito Agrário na Constituição. Curitiba: Juruá, 2007. [Exemplares disponíveis: Não informado.]
- 8 - OPITZ, S. C. B.; OPITZ, O. Curso Completo de Direito Agrário. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. [Exemplares disponíveis: 3]